



**Simulado de Direito Processual Penal: Nulidades  
(FUNIVERSA/PC-DF/2009)**

**01) O Código de Processo Penal, para a apreciação das nulidades, adotou o critério formalista.**

**Comentário:**

O CPP não adotou o critério formalista.

Sistema Formalista	Sistema Instrumental
Nulidade surge com a <b>inobservância</b> das exigências legais.	Estabelece que o <b>ato processual</b> que <b>não observar a sua forma, mas atingir sua finalidade <u>sem causar prejuízo</u></b> às partes do processo, <b>não será anulado</b> .

**Gabarito:** Errado.

**(MPE-PR/MPE-PR/2019)**

**02) A preclusão temporal é uma das formas de convalidação da nulidade relativa, ao lado de outras formas de preclusão.**

**Comentário:**

Preclusão Temporal
O ato é convalidado quando a nulidade <b>não é arguida no momento correto</b> .
Preclusão Lógica
O ato é convalidado por <b>aceitação da parte, mesmo de modo tácito</b> ;
Trânsito em Julgado
Ocorrendo o trânsito em julgado da sentença, <b>os atos que eram considerados nulos acabam se tornando convalidados</b> .

**Gabarito:** Correto.

**(VUNESP/MPE-SP/2018)**

**03) O princípio da causalidade significa que não se anula o ato se, embora praticado em desacordo com a forma prevista em lei, atingiu o seu fim.**

**Comentário:**

A questão traz o conceito do Princípio do Prejuízo.

Princípio do Prejuízo ou Instrumentalidade das Formas
- Estabelece que o <b>ato processual</b> que <b>não observar a sua forma, mas atingir sua finalidade, <u>sem causar prejuízo</u></b> às partes do processo, <b>não será anulado</b> .
- <b>Pas de Nullité Sans Grief</b> , ou seja, não existe nulidade sem prejuízo.
- CPP/41, Art. 563. <b>Nenhum ato será declarado nulo</b> , se da nulidade <b>não resultar prejuízo</b> para a acusação ou para a defesa.
- CPP/41, Art. 566. <b>Não será declarada a nulidade</b> de ato processual que <b>não houver influído</b> na apuração da <b>verdade substancial</b> ou na <b>decisão da causa</b> . ( <b>Princípio da Irrelevância</b> )

Princípio da Causalidade
- Estabelece que a <b>anulação</b> de um ato <b>acaba ocasionando a invalidação dos atos</b> que dele decorreu;
- CPP/41, Art. 573. § 1º A <b>nulidade de um ato</b> , uma vez declarada, <b>causará a dos atos que dele diretamente dependam</b> ou sejam consequência.
§ 2º O <b>juiz</b> que pronunciar a <b>nulidade</b> declarará os <b>atos a que ela se estende</b> .

**Gabarito:** Errado.

**(CESPE/DPE-RR/2013)**

**04) De acordo com o princípio da causalidade, o reconhecimento dos atos eivados de nulidade implica a automática nulidade de todos os subsequentes, sendo desnecessária a declaração judicial em relação a estes.**

**Comentário:**

Princípio da Causalidade
- Estabelece que a <b>anulação</b> de um ato <b>acaba ocasionando a invalidação dos atos</b> que dele decorreu;
- CPP/41, Art. 573. § 1º A <b>nulidade de um ato</b> , uma vez declarada, <b>causará a dos atos que dele diretamente dependam</b> ou sejam consequência.
§ 2º O <b>juiz</b> que pronunciar a <b>nulidade</b> declarará os <b>atos a que ela se estende</b> .



Gabarito: Errado.

(Instituto Consulplan/MPE-SC/2019)

05) O Código de Processo Penal estabelece que a nulidade ocorrerá pela ausência da intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos da intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de ação privada.

Comentário:

Nulidades em Espécie
<p>- CPP/41, Art. 564. A nulidade ocorrerá nos seguintes casos:</p> <p>I - por incompetência, suspeição ou suborno do juiz;</p> <p>II - por ilegitimidade de parte;</p> <p>III - por <b>falta das fórmulas</b> ou dos <b>termos seguintes</b>:</p> <p>a) a denúncia ou a queixa e a representação e, nos processos de contravenções penais, a portaria ou o auto de prisão em flagrante;</p> <p>b) o exame do corpo de delito nos crimes que deixam vestígios, ressalvado o disposto no Art. 167;</p> <p>c) a nomeação de defensor ao réu presente, que o não tiver, ou ao ausente, e de curador ao menor de 21 anos;</p> <p>d) a intervenção do Ministério Público em todos os termos da ação por ele intentada e nos da intentada pela parte ofendida, quando se tratar de crime de <b>ação pública</b>; (Ação Penal privada subsidiária da pública). – Pode ser <b>sanada</b> conforme Art. 572.</p> <p>e) a citação do réu para ver-se processar, o seu interrogatório, quando presente, e os prazos concedidos à acusação e à defesa; – Pode ser <b>sanada</b> conforme Art. 572.</p> <p>f) a sentença de pronúncia, o libelo e a entrega da respectiva cópia, com o rol de testemunhas, nos processos perante o Tribunal do Júri;</p> <p>g) a intimação do réu para a sessão de julgamento, pelo Tribunal do Júri, quando a lei não permitir o julgamento à revelia; – Pode ser <b>sanada</b> conforme Art. 572.</p> <p>h) a intimação das testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade, nos termos estabelecidos pela lei; – Pode ser <b>sanada</b> conforme Art. 572.</p> <p>i) a presença pelo menos de <b>15 jurados</b> para a constituição do júri;</p> <p>j) o sorteio dos jurados do conselho de sentença em número legal e sua incomunicabilidade;</p> <p>k) os quesitos e as respectivas respostas;</p> <p>l) a acusação e a defesa, na sessão de julgamento;</p> <p>m) a sentença;</p> <p>n) o recurso de ofício, nos casos em que a lei o tenha estabelecido;</p> <p>o) a intimação, nas condições estabelecidas pela lei, para ciência de sentenças e despachos de que caiba recurso;</p> <p>p) no Supremo Tribunal Federal e nos Tribunais de Apelação, o quorum legal para o julgamento;</p> <p>IV - por omissão de formalidade que constitua elemento essencial do ato.</p>
<p>Parágrafo único. Ocorrerá ainda a nulidade, por <b>deficiência dos quesitos</b> ou das suas respostas, e <b>contradição entre estas</b>.</p>
<p>- CPP/41, Art. 567. A incompetência do juízo anula somente os atos decisórios, devendo o processo, quando for declarada a nulidade, ser remetido ao <b>juiz competente</b>.</p>
STF/Súmula 706
<p>É relativa a nulidade decorrente da inobservância da competência penal por prevenção.</p>

Gabarito: Errado.

(MPE-SP/MPE-SP/2019)

06) As omissões da denúncia ou da queixa poderão ser supridas a todo o tempo, até antes do encerramento da instrução criminal.

Comentário:

CPP/41, Art. 569. As omissões da denúncia ou da queixa, da representação, ou, nos processos das contravenções penais, da portaria ou do auto de prisão em flagrante, poderão ser supridas a todo o tempo, antes da sentença final.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/TJ-MT/2018)

07) Ocorre a preclusão da arguição de nulidade verificada após a sentença de pronúncia se não alegada até o final do julgamento perante o Tribunal do Júri.

Comentário:

Arguição das Nulidades



- CPP/41, Art. 571. As **nulidades** deverão ser **argüidas**:

I - as da **instrução criminal** dos processos da competência do **júri**, nos prazos a que se refere o art. 406 (**10 (dez) dias**);

II - as da **instrução criminal** dos processos de competência do **juiz singular** e dos **processos especiais**, salvo os dos Capítulos V e VII do Título II do Livro II, nos prazos a que se refere o art. 500;

III - as do **processo sumário**, no prazo a que se refere o art. 537, ou, se verificadas depois desse prazo, logo **depois de aberta a audiência e apregoadas as partes**;

IV - as do processo regulado no Capítulo VII do Título II do Livro II, logo depois de aberta a audiência;

V - as **ocorridas posteriormente à pronúncia, logo depois de anunciado o julgamento e apregoadas as partes** (art. 447);

VI - as de instrução criminal dos processos de competência do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais de Apelação, nos prazos a que se refere o art. 500;

VII - se verificadas **após a decisão da primeira instância**, nas razões de **recurso** ou **logo depois de anunciado o julgamento do recurso e apregoadas as partes**;

VIII - as do julgamento em plenário, em audiência ou em sessão do tribunal, logo depois de ocorrerem.

**OBS: As nulidades absolutas são argüidas a qualquer tempo.**

Gabarito: Errado.

(VUNESP/Câmara de Campo Limpo Paulista - SP/2018)

**08) Não é causa de nulidade o julgamento ulterior pelo júri com participação de jurado que funcionou em julgamento anterior ao mesmo processo.**

Comentário:

**STF/Súmula 206**

É **nulo** o julgamento **ulterior** pelo **júri** com a participação de jurado que funcionou em **julgamento anterior** do mesmo processo.

Gabarito: Errado.

(IBFC/TRF - 2ª REGIÃO/2018)

**09) Tratando-se de denúncia recebida por juiz absolutamente incompetente, o reconhecimento da nulidade da decisão impedirá a interrupção do prazo prescricional.**

Comentário:

**STJ/APn 295-RR**

O recebimento da denúncia por **juiz absolutamente incompetente** **não interrompe** o curso do prazo **prescricional**.

**STF/HC 104907 PE**

O **recebimento da denúncia**, quando efetuado por **órgão judiciário absolutamente incompetente**, **não** se reveste de **eficácia interruptiva da prescrição penal**, eis que **decisão nula não pode gerar a consequência jurídica** a que se refere o art. 117, I, do Código Penal.

Gabarito: Correto.

(CESPE/TJ-SE/2014)

**10) Acerca das nulidades no processo penal, julgue o item.**

É relativa a nulidade decorrente da inobservância da ordem de inquirição da testemunha pelas partes e pelo juízo.

Comentário:

**STJ/HC 191326 DF**

PROCESSO PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL, ORDINÁRIO OU DE REVISÃO CRIMINAL. NÃO CABIMENTO. ROUBO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE PESSOAS E EMPREGO DE ARMA DE FOGO. INVERSÃO NA ORDEM DE OITIVA DAS TESTEMUNHAS. INFRINGÊNCIA AO ART. 212 DO CPP. NULIDADE RELATIVA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO.

1. Ressalvada pessoal compreensão diversa, uniformizou o Superior Tribunal de Justiça ser inadequado o writ em substituição a recursos especial e ordinário, ou de revisão criminal, admitindo-se, de ofício, a concessão da ordem ante a constatação de ilegalidade flagrante, abuso de poder ou teratologia.

2. A jurisprudência desta Corte posiciona-se no sentido de que **eventual inobservância ao disposto no art. 212 do CPP, gera nulidade meramente relativa, sendo necessário, para seu reconhecimento, a comprovação do efetivo prejuízo, o que incorreu na espécie.**

3. Habeas corpus não conhecido

Gabarito: Correto.